



Formação de Linhas e Grupos de Pesquisa no campo acadêmico da Política Educacional: estratégias de legitimidade dos mestrados profissionais da Bahia

Formation of Lines and Research Groups in the academic field of Educational Policy: strategies for the legitimacy of professional master's programs in Bahia

Formación de Líneas y Grupos de Investigación en el campo académico de la Política Educacional: estrategias de legitimidad de los másteres profesionales de Bahía

Isac Pimentel Guimarães¹
Emilia Peixoto Vieira²

Citação: GUIMARÃES, Isac Pimentel; VIEIRA, Emilia Peixoto. Formação de Linhas e Grupos de Pesquisa no campo acadêmico da Política Educacional: estratégias de legitimidade dos mestrados profissionais da Bahia. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 19, e99100. Outubro de 2025.



<http://10.5380/jpe.v19i1.99100>

Resumo: Este estudo aborda as estratégias de legitimidade engendradas por agentes acadêmicos, na formação de linhas e grupos de pesquisa em Política Educacional, nos Programas de Pós-Graduação em Educação, modalidade profissional, na Bahia. Objetiva-se compreender como a formação e configuração de linhas de pesquisa, bem como as disputas entre agentes, constituem estratégias de legitimação do conhecimento científico no referido campo acadêmico. A pesquisa ancora-se na teoria do campo científico

¹ Doutor em Educação. Professor do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (DCIE/UESC) Ilhéus, BA. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2750-1214>. E-mail: ipguimaraes@uesc.br

² Doutora em Educação. Professora Pleno da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC. Ilhéus, BA. Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-9718-742X>. E-mail: emilcarl28@hotmail.com

de Pierre Bourdieu, com ênfase no agente produtor de representação acadêmica, de caráter científico e institucionalizado, e nos condicionantes sociais de sua prática. Metodologicamente, o estudo estabelece a estrutura do espaço de produção acadêmica por meio de pesquisa qualitativa, de cunho descritivo e exploratório e caráter bibliográfico e documental, tomando como base os relatórios da quadrienal 2017-2020, disponíveis na Plataforma Sucupira, e informações presentes nos sites dos Programas. Conclui-se que os agentes nesse espaço possuem disposições, interesses e estratégias específicas, que se confrontam na luta para legitimar concepções no campo da Política Educacional, em âmbito local e regional, como forma de visão do mundo acadêmico-social.

Palavras-chave: Política Educacional; Campo Científico; Mestrado Profissional; Linhas de Pesquisa; Bahia.

Abstract: This study explores the legitimation strategies employed by academic agents in the formation of research lines in Educational Policy within Professional Master's Programs in Education in Bahia, Brazil. The objective is to understand how the formation and configuration of research lines, as well as the disputes between agents, constitute strategies for legitimizing scientific knowledge within this specific academic field. The research is grounded in Pierre Bourdieu's theory of the scientific field, emphasizing the agent who produces academic representations (both scientific and institutionalized) and the social conditions influencing their practice. Methodologically, the study establishes the structure of the academic production space through qualitative research, using a descriptive and exploratory approach, along with bibliographic and documental analysis. The primary data sources are the 2017-2020 Quadrennial reports available on the Sucupira Platform and information found on the Programs' websites. It is concluded that the agents in this space possess specific dispositions, interests, and strategies, which clash in the struggle to legitimize conceptions in the field of Educational Policy, at the local and regional levels, as a form of vision of the academic-social world.

Keywords: Educational Policy; Scientific Field; Professional Master's Degree; Research Lines; Bahia.

Resumen: Este estudio busca comprender las estrategias de legitimación desarrolladas por agentes académicos en la formación de líneas de investigación en Política Educativa, dentro de los Programas de Posgrado en Educación, modalidad profesional, en Bahia, Brasil. El objetivo es entender cómo la formación y configuración de líneas de investigación, así como las disputas entre agentes, constituyen estrategias de legitimación del conocimiento científico en dicho campo académico. La investigación se basa en la teoría del campo científico de Pierre Bourdieu, con énfasis en el agente productor de representaciones académicas, de carácter científico e institucionalizado, y en los condicionantes sociales de su práctica. Metodológicamente, el estudio establece la estructura del espacio de producción académica a través de una investigación cualitativa, de corte descriptivo y exploratorio, y de carácter bibliográfico y documental, tomando como base los informes del Cuatrienio 2017-2020, disponibles en la Plataforma Sucupira, e información presente en los sitios web de los Programas. Se concluye que los agentes en este espacio poseen disposiciones, intereses y estrategias específicas, que se confrontan en la lucha por legitimar concepciones en el campo de la Política Educativa, a nivel local y regional, como una forma de visión del mundo académico-social.

Palabras clave: Política Educacional; Campo Científico; Mestrado Profissional; Linhas de Pesquisa; Bahia.

Introdução

Gregório de Matos Guerra (1636-1696), que viveu no Brasil Colonial, é oportuno para refletirmos alguns aspectos dos condicionantes sociais, econômicos, éticos, estéticos e políticos no campo acadêmico da Política Educacional, e suas implicações no processo de produção e circulação do conhecimento científico. O poeta baiano, considerado um sátiro barroco das artes e da literatura desse período, proclamava em versos e prosas, com contundência, um Brasil de chegadas e partidas — tristes partidas, que o fizeram

anunciar e denunciar uma sociedade desigual, silenciada sob o balanço do cais daquela Baía. Assim, o poeta expressa no poema “Triste Bahia”:

Triste Bahia! Ó quão dessemelhante
Estás e estou do nosso antigo estado!
Pobre te vejo a ti, tu a mi empenhado,
Rica te vi eu já, tu a mi abundante
(Matos, 1998, p. 141).

A Bahia do luso-brasileiro é a “Bahia-Nordeste” – o “Nordeste-Brasil” e seus estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe –, que ocupa um terço do território nacional e, por razões históricas, não teve acesso real e igualitário aos benefícios do crescimento econômico, social, científico e tecnológico, como em outras regiões do país. Disso, pode-se inferir o reflexo na formação e desenvolvimento de centros de pesquisas.

Em 1971, Caetano Veloso retoma a crítica social de Gregório de Matos ao musicalizar o poema “Triste Bahia” no álbum “Transa”. Caetano, assim como o poeta barroco, utiliza sua arte para denunciar o “extravio” da “Bahia-Nordeste”, parafraseando-o e aludindo à persistência das desigualdades sociais, políticas e econômicas.

A produção deste trabalho volta-se para a Bahia como lugar de sentidos, recomeços e resistências, e reflete sobre a importância de analisar a “Bahia-Nordeste” a partir da formação de sua comunidade científica. A condição da “Bahia-Nordeste” exige problematização, em um debate que, para além do âmbito interno, considere a concentração econômica e o desenvolvimento industrial do século XX, os quais acirraram as tensões regionais no campo científico.

Diante disso, para o desenvolvimento do estudo, é necessário compreender os agentes acadêmicos, situados historicamente como detentores de valores específicos e com interesses socialmente definidos. O estudo do campo da Política Educacional assume uma posição emblemática nesse processo de reformulação do mundo social, posto que a comunidade que surge, nesse momento de inflexões da sociedade brasileira, apresenta contribuições importantes para a compreensão do processo de produção do conhecimento e dos atributos de posição acadêmico-científicos (capital e poder) de seus pesquisadores (Bourdieu, 2010).

O direcionamento para os espaços sociais de produção acadêmica dos mestrados profissionais da Bahia se deu, sobretudo, por ser um dos estados pioneiros na política de pós-graduação profissional *stricto sensu* na área de Educação, com a implantação do Programa “GESTEC/UNEB – Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação” e do “Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UESC – Formação de Professores”, em 2012. Esse marco temporal permitiu para as análises da primeira década de atuação. Nesse espaço, os agentes, dotados de um sistema de disposições e estratégias, com competências específicas, diferentes espécies de capitais e seus interesses, confrontam-se na luta para legitimar determinada concepção acerca das temáticas, em nível local e regional, a qual é, acima de tudo, uma forma de visão do mundo acadêmico-social.

A pesquisa inscreve-se no universo da produção acadêmica em Política Educacional, na configuração da produção científica institucionalizada e em sua circulação, nos Programas de Pós-Graduação Profissionais em Educação (PPGE) do Estado da Bahia, a saber: “*Educação de Jovens e Adultos*”, “*Educação e Diversidade*”, “*Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação*”, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); “*Educação - Formação de Professores da Educação Básica*”, da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); “*Currículo, linguagens e inovações pedagógicas*”, da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e “*Educação do Campo*”, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

A questão que orienta nossas reflexões é a seguinte: *como a formação e a configuração de linhas e grupos de pesquisa, bem como as disputas entre os agentes no campo acadêmico da Política Educacional, constituem estratégias de legitimidade na produção do conhecimento científico?* Para tanto, este trabalho apresenta resultados preliminares de um projeto de pesquisa institucional sobre a formação e a configuração da produção do conhecimento nos mestrados profissionais em educação no Estado da Bahia. O projeto busca compreender em que medida os agentes acadêmicos do campo da Política Educacional constroem suas trajetórias e historicizam seus percursos acadêmicos-profissionais, e os impactos desse processo na decisão e consolidação dos PPGE. A pesquisa também busca compreender como operam conceitos, tendências e perspectivas epistemológicas de linhas e grupos de pesquisa para produção acadêmica e, ancorada na teoria de campo científico de Pierre Bourdieu, objetiva entender os condicionantes para o jogo sociológico de dominação simbólica.

Para a construção do campo acadêmico da Política Educacional, é importante considerar alguns aspectos (Bourdieu, 2011): i) *a trajetória dos agentes*, entendidos como sujeitos e grupos com histórias de vida e disposições para acionar os seus valores fundantes; ii) *em nível institucional*, espaço onde as lutas pela autoridade científica se manifestam e as disputas pelos recursos se dão, muitas vezes, de forma limitada; iii) *em nível de produção e comunicação*, entende-se pelo conhecimento produzido e gerado pela comunidade científica, amparado por grupos, agências e instituições; iv) *em nível de associação e redes*, refere-se às inter-relações e a ligações entre comunidade e outras áreas do conhecimento.

Com efeito, objetivamos entender as estratégias de legitimidade engendradas por agentes acadêmicos, pertencentes ao campo da Política Educacional, dos Programas de Pós-Graduação em Educação, modalidade profissional, do Estado da Bahia, no processo de produção do conhecimento científico. Entendemos, pois, que o mundo acadêmico é um espaço de disputas pela autoridade científica, engendrado por um complexo campo de forças estratégicas, formado por especialistas-intelectuais que têm por delegação produzir conhecimento legítimo e construir regimes de verdades.

Com isso, reconhecemos a necessidade da temática Política Educacional como objeto de investigação e a importância de refletir sobre as transformações da comunidade científica. Em sua institucionalização, observamos diferentes olhares, posições acadêmicas e tensões resultantes das investigações na área, que ocorrem em diversas esferas: organismos regionais e internacionais, órgãos responsáveis pela política oficial, prática institucional (gestores acadêmicos) e programas de pós-graduação, grupos de trabalhos, linhas de pesquisa, núcleos e grupos de pesquisa, entre outros (Hey, 2008).

Assim, o campo da Política Educacional é concebido como uma arena de poder que se manifesta simbolicamente pela atuação de propriedades de capitais, entendidas como os critérios mensuráveis apreendidos no campo acadêmico em construção, que produzem um espaço objetivo, definido metodicamente e irredutível à soma das representações parciais dos agentes (Bourdieu, 2011). Nesse campo, a organização se dá pelas disputas entre os pares na luta pela autoridade científica.

Escopo do estudo

Metodologicamente, buscamos estabelecer a estrutura do espaço de produção acadêmica em Política Educacional e explorar a lógica das disputas neste campo, as quais se manifestam na imposição de discursos sobre temas academicamente válidos, entendidos como tomadas de posição dos agentes em relação ao seu próprio universo de práticas sociais.

Para tanto, a estrutura do espaço de produção acadêmica se deu por meio de pesquisa qualitativa, de cunho descritivo (Bogdan; Biklen, 1994) e exploratório, com caráter bibliográfico e documental (Poupart *et al.*, 2010). A pesquisa baseou-se no Relatório Quadrienal (2017-2020) (Brasil, 2021), no Documento de Área 38 (Brasil, 2019) da Coordenação Geral de Normatização e Estudos, Divisão de Estudos e Pesquisas (Brasil, 2020) – que apresenta questões do sexto Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2022) (Brasil, 2010) e o Plano Nacional de Pós-Graduação (2024-2028) (Brasil, 2023) –, documentos que orientam as políticas do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Os referidos relatórios foram obtidos na Plataforma Sucupira³, que congrega dados e avaliações da pós-graduação, e nos sites dos Programas em estudo. As informações coletadas incluem a identificação das instituições de ensino superior, dados sobre os programas de pós-graduação e suas áreas de concentrações, início de funcionamento, proposta e identificação de linhas e grupos de pesquisa em Política Educacional, número de pesquisadores credenciados e conceito de Avaliação quadrienal da CAPES.

Com base nos relatórios e documentos, analisamos dados da Plataforma Sucupira que abrangem indicadores para a avaliação da pós-graduação, organizados em: A) Programa; B) Formação; C) Impacto na Sociedade.

Esses dados, em uma pesquisa em andamento, não esgotam a totalidade das informações, e outros dados poderão ser apresentados conforme as discussões e a pesquisa analítica.

Os mestrados profissionais em Educação e o campo acadêmico da Política Educacional

³ É uma ferramenta importante para coletar informações, realizar análises e avaliações, base de referência do SNPG. A Plataforma disponibiliza, em tempo real e com transparência, informações, processos e procedimentos que a CAPES realiza no SNPG para toda a comunidade acadêmica. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira>. Acesso em: 14 ago. 2024.

A pesquisa e a pós-graduação no Brasil são recentes, se comparadas a outros países com tradição em pesquisa científica. O início da pós-graduação no Brasil ocorreu na década de 1960, a partir da elaboração do Parecer Sucupira nº 977/65, do Conselho Federal de Educação (CFE) (Brasil, 1965), aprovado em 3 de dezembro de 1965 pela Câmara de Ensino Superior. Esse marco foi motivado pelas demandas sociais e educacionais historicamente vividas pelo país, que exigiam uma política para consolidar a pós-graduação e atender de forma organizada às demandas locais e regionais do avanço do ensino superior.

Diversos fatores contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação no Brasil na primeira década que seguiu à sua regulamentação. Entre eles, destacam-se a criação de rede de agências, que beneficiou principalmente a pós-graduação, e a implementação de algumas medidas a partir da Reforma Universitária (1968-1969). Desde então, iniciou-se um longo processo de instalação e regulamentação de cursos e programas, marcado por avanços, recuos e aprendizados, que possibilitou a construção da cultura acadêmica que caracteriza a pós-graduação brasileira na atualidade.

Nesse contexto, a Área de Educação é realçada por alguns estudos: Gatti (1983) destaca o papel da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) na integração de pesquisadores, disseminação da pesquisa em educação e no desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu*; Sousa e Bianchetti (2007) apresentam os fatores determinantes para a ANPEd atual, evidenciando o protagonismo de pessoas no coletivo da associação em momentos-chave da história da pós-graduação.

Diferentemente dos mestrados e doutorados acadêmicos, presentes na agenda acadêmica da pós-graduação brasileira, a trajetória dos mestrados profissionais foi marcada por desafios, processos e resistências. O cenário de dúvidas e incertezas proporcionou a formação dos pesquisadores em torno de um objetivo comum: a busca pela identidade e o fortalecimento das experiências na pós-graduação, ao propor reflexões necessárias sobre os caminhos dos mestrados profissionais.

De acordo com a Avaliação Trienal da CAPES - 2013 (2010-2012), o Brasil contava com 5.385 cursos de pós-graduação *stricto-sensu*, dos quais 3.039 eram mestrados acadêmicos, 1.832, doutorados e 514, mestrados profissionais. Como podemos ver nas Tabelas 1 e 2, na Avaliação Quadrienal 2017 (2013-2016) (Brasil, 2017), a região

Nordeste apresentou 162 programas de pós-graduação avaliados e reconhecidos, com 186 cursos de mestrados e doutorados profissionais, sendo 45 na Bahia. Especificamente na área da Educação, houve um aumento exponencial de mestrados profissionais, passando de 9 cursos em 2013 para 52 em 2017.

Tabela 1 - Programas e cursos avaliados e reconhecidos – Região Nordeste (2017)

UF	Total de Programas de pós-graduação							Totais de Cursos de pós-graduação				
	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
AL	45	23	2	7	0	13	0	58	36	15	7	0
BA	208	72	5	44	1	86	0	294	158	91	44	1
CE	146	51	1	30	0	63	1	210	114	64	31	1
MA	66	40	3	9	0	12	2	81	52	16	11	2
PB	113	52	3	12	0	45	1	160	98	48	13	1
PE	168	52	0	27	0	84	5	266	139	87	34	6
PI	45	21	0	6	0	18	0	63	39	18	6	0
RN	113	45	1	22	0	44	1	160	89	47	23	1
SE	56	28	1	5	0	22	0	78	50	23	5	0
Totais	960	384	16	162	1	387	10	1370	775	409	174	12

Fonte: elaborado pelos autores com base no Relatório de Avaliação Trienal da Capes 2013-2016 (Brasil, 2017).

Nota: *ME: Mestrado Acadêmico / DO: Doutorado Acadêmico / MP: Mestrado Profissional / DP: Doutorado Profissional / ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico / MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional.

Tabela 2 - Programas e Cursos Avaliados e Reconhecidos – Área Educação – Brasil (2017)

Área de Avaliação	Total de Programas de pós-graduação							Totais de Cursos de pós-graduação				
	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
EDUCAÇÃO	191	44	1	49	0	94	3	288	138	95	52	3
Totais	191	44	1	49	0	94	3	288	138	95	52	3

Fonte: elaborado pelos autores (2025), com base no Relatório da Avaliação Trienal da Capes 2013-2016 (Brasil, 2017).

Nota: *ME: Mestrado Acadêmico / DO: Doutorado Acadêmico / MP: Mestrado Profissional / DP: Doutorado Profissional / ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico / MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional.

Ao observarmos o Relatório da Avaliação Quadrienal (2017-2020) (Brasil, 2021) e os dados da Tabela 3, notamos um aumento no número de cursos e programas de pós-graduação profissionais em Educação na região Nordeste (17), com 351 docentes atuantes, 1.278 discentes e aproximadamente 3.489 trabalhos de produção científica. Em comparação com a região Sudeste, e em menor grau com as regiões Norte e Centro-Oeste, o Nordeste apresenta um descompasso nos índices de programas profissionais em

educação (20 no Sudeste), atuação docente (500 no Sudeste), atuação discente (1.877 no Sudeste) e produção científica (5.179 no Sudeste).

Tabela 3 - Programas e cursos avaliados e reconhecidos – Regiões do Brasil (2017-2020)

Região	Programas	ME	DO	ME/DO	MP	DP	MP/DP	Cursos
Centro-Oeste	407	139	6	192	64	1	5	604
Nordeste	975	358	14	431	153	2	17	1423
Norte	318	133	8	110	57	1	9	437
Sudeste	1983	334	34	1215	354	1	45	3243
Sul	973	247	11	560	131	0	24	1557
Brasil	4656	1211	73	2508	759	5	100	7264

Fonte: elaborado pelos autores (2025), com base no Relatório da Avaliação Quadrienal da Capes 2017-2020 (Brasil, 2021).

Nota: *ME: Mestrado Acadêmico/ DO: Doutorado Acadêmico/ MP: Mestrado Profissional/ DP: Doutorado Profissional/ ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico/ MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional.

Conforme os dados da Avaliação Quadrienal (2017-2020), houve um acréscimo de 37% no número de programas com notas 6 e 7, considerados pela avaliação como nível de excelência acadêmica no Brasil, passando de 490 para 671 programas avaliados (Brasil 2021). Na pós-graduação, podemos verificar um total de 261 programas com nota 7 (o maior conceito), 410 com nota 6, 1.030 com nota 5, 1.786 com nota 4, 980 programas com nota 3 (o menor conceito) e 1% com nota menor que 3 (neste caso, recomenda-se o descredenciamento do programa). No Nordeste, o número de programas com notas 6 e 7 aumentou de 37 para 60, um aumento de 62%, e a região Norte passou a ter 3 programas considerados de excelência, porém nenhum deles na área de Educação.

No Brasil, o primeiro programa de Mestrado Profissional de Educação (MPE) foi implantado em 2009 na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – com ênfase em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Nesse contexto, em 2014, foi criado o Fórum de Mestrados Profissionais em Educação (FOMPE), coletivo de coordenadores, professores e estudantes, com intuito de divulgar, difundir e articular as funções prioritárias na formação de profissionais da Educação na agenda da pós-graduação e o aprofundamento do diálogo com a CAPES, a ANPEd e o Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (FORPREd).

A criação do FOMPE foi uma necessidade de reafirmar a identidade dos MPE, principalmente nos espaços da academia, demonstrando-os como lócus primordial para

construção e aprofundamentos epistêmicos dos processos formativos – sejam eles no âmbito público ou privado, em um “[...] redimensionamento da pesquisa aplicada, a qual potencializa conhecimentos didáticos, pedagógicos, gerenciais, políticos, científicos e tecnológicos e, agregam análises críticas dos fenômenos históricos e sociais” (FORPREd, 2013, p. 16).

Diversos estudos buscam compreender os impactos que alguns programas profissionais baianos vêm proporcionando a seus contextos de atuação e se organizando frente às exigências da pós-graduação brasileira. Vieira (2018) descreve que, desde a sua implantação, o PPGE/UESC vem se constituindo como um *stricto sensu* importante para formação de professores da Educação Básica. Couto e Larchert (2017) sugerem refletir sobre as questões dos processos de formação a partir das experiências cotidianas na docência e gestão do Programa. De modo semelhante, Hetkowski, Fialho e Sacramento (2013) abordam o papel necessário dos mestrados, considerando as políticas de educação e seu impacto na formação de profissionais, com base na experiência da implementação do GESTEC/UNEB.

Nesse contexto que buscamos analisar o campo da Política Educacional, como um espaço acadêmico e social em desenvolvimento, conforme evidenciado pela crescente produção científica em periódicos especializados. Esses artigos exploram a história e a formação do campo em conexão com diversas áreas temáticas, uma tendência identificada em estudos de pesquisadores brasileiros como Arosa (2013), Azevedo e Aguiar (2001), Krawczyk (2013), Santos e Azevedo (2009), Mainardes (2017; 2018), Stremel e Mainardes (2018), e Guimarães (2016), além de investigações latino-americanas conduzidas por Barroso *et al.* (2007), Garcias Franco (2014), Jiménez Eguizábal, Cámara e Rico (2013), e Mendonça (2012).

Em paralelo a essa expansão da produção acadêmica, há um esforço contínuo para consolidar a Política Educacional como um forte campo de investigação no meio universitário, principalmente nos debates e nas investigações da *"Historia del campo de la política educativa"*, nucleadas pela *Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe)⁴. A principal meta dessa rede é aprofundar a compreensão da

⁴ A ReLePe foi criada em 2012, em cooperação com universidades argentinas e brasileiras, para expandir as discussões sobre as questões epistemológicas e o rigor teórico-metodológico do campo da Política Educacional no Brasil. Sua intenção é constituir um espaço regional com a incorporação de pesquisadores da América Latina, Espanha, Portugal e outros países do mundo e com instituições nas quais os vínculos

natureza teórico-epistemológica das pesquisas realizadas no Brasil e na América Latina nesse domínio do conhecimento.

Diversos movimentos contribuíram para a formação do campo da Política Educacional brasileira, dentre eles, a formação e a atuação de aparatos acadêmicos e institucionais na difusão e circulação do conhecimento: i) em 1944, a criação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); ii) em 1961, a formação da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); iii) em 1976, a fundação da ANPEd e seus respectivos Grupos de Trabalho; e iv) no âmbito da 10ª Reunião Anual da ANPEd, em 1987, a instituição do GT 5 - Estado e Política Educacional.

O campo da Política Educacional tem sido, assim, foco de análise de pesquisadores que se articulam em grupos de trabalhos e em associações de pós-graduação. Trata-se, portanto, de uma temática com várias perspectivas, concepções, cenários complexos em disputa e modalidades diferentes.

Caracterização dos programas profissionais de pós-graduação em Educação da Bahia e a formação das linhas de pesquisa em Política Educacional

A pós-graduação é o locus privilegiado para a produção e difusão do conhecimento, com as linhas de pesquisa, recomendadas pela CAPES desde 1998 em substituição às áreas de concentração, sendo o espaço ideal para expressar a identidade dos programas.

Dessa forma, o Quadro 1, que detalha os indicadores e itens de avaliação da CAPES utilizados na Quadrienal 2021, apresenta considerações para a caracterização dos PPGE, modalidade profissional, do estado da Bahia, no campo da Política Educacional.

Quadro 1 - Indicadores e itens de Avaliação da Quadrienal 2017-2020

INDICADORES	ITENS DE AVALIAÇÃO
A) PROGRAMAS	i) Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível em relação aos objetivos e à missão; ii) Perfil do corpo docente, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa; iii) Políticas e ações de planejamento alinhadas ao planejamento da Instituição, considerando as necessidades regionais, nacionais e internacionais; iv) Desenvolvimento de política de incentivo à inovação, transferência

acadêmicos de intercâmbio de professores, pós-graduandos e graduandos possam ser fortalecidos. Disponível em: www.relepe.org. Acesso em: 14 ago. 2024.

	de conhecimentos e impactos sociais e acadêmicos; v) Política sistemática de acompanhamento das metas e formação e produção intelectual dos discentes.
B) FORMAÇÃO	i) Formação desenvolvida pelo PPGE; ii) Adequação temática entre as teses e dissertações e as linhas e projetos de pesquisa; iii) Trabalhos de conclusão que resultaram em publicação; iv) qualidade da produção intelectual de discentes e egressos; v) os destinos, as atuações e os impactos acadêmicos e sociais resultantes da formação dos egressos; vi) Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente.
C) IMPACTO NA SOCIEDADE	i) Análise do efeito de transformação no ambiente acadêmico e social da produção intelectual; ii) Análise do impacto econômico, social e cultural; iii) Grau de impacto das atividades colaborativas desenvolvidas na forma de nucleação, intercâmbios sistemáticos, integração e solidariedade; iv) Internacionalização, inserção (local, regional, nacional) e visibilidade.

Fonte: elaborado pelos autores (2024) com base no Relatório Quadrienal da Capes 2017-2020 (Brasil, 2021).

O Quadro 2 apresenta uma síntese das avaliações dos programas de pós-graduação, área de Educação, modalidade profissional, do Estado da Bahia, na Quadrienal 2017-2020, tomando como base os referidos indicadores sobre a concepção dos programas, o processo de formação e o impacto na sociedade, bem como algumas recomendações e/ou apreciações pertinentes à evolução dos programas e cursos.

Quadro 2 – Síntese das Avaliações dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Estado da Bahia – Modalidade Profissional – Quadrienal CAPES 2017-2020

IES	MESTRADO PROFISSIONAL	PROGRAMA	FORMAÇÃO	IMPACTO NA SOCIEDADE	APRECIÇÕES/ RECOMENDAÇÕES
UNEB	Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação	BOM	BOM	BOM	Recomenda-se investir na produção intelectual qualificada de docentes, discentes e egressos.
UNEB	Educação de Jovens e Adultos	REGULAR	BOM	BOM	O corpo docente apresenta perfil, compatibilidade e adequação à Proposta do Programa, há grande inserção social. Há fragilidades na produção intelectual de docentes permanentes e no formato coautoria com discentes.
UNEB	Educação e Diversidade	BOM	BOM	MUITO BOM	Percebe-se o efeito transformador da produção intelectual, pelo impacto social, cultural e econômico do Programa, o intercâmbio com outros Programas e Instituições, além das ações de internacionalização.
UESC	Educação	BOM	BOM	BOM	Recomenda-se investir na produção intelectual qualificada de docentes, discentes e egressos. Papel

IES	MESTRADO PROFISSIONAL	PROGRAMA	FORMAÇÃO	IMPACTO NA SOCIEDADE	APRECIÇÕES/ RECOMENDAÇÕES
					relevante no Sul e Extremo Sul da Bahia para formação de professores(as) da Educação Básica.

IES	MESTRADO PROFISSIONAL	PROGRAMA	FORMAÇÃO	IMPACTO NA SOCIEDADE	APRECIÇÕES/ RECOMENDAÇÕES
UFBA	Currículo, linguagens e inovações pedagógicas.	BOM	REGULAR	BOM	Recomenda-se investir na produção intelectual qualificada de docentes, discentes e egressos.
UFRB	Educação do Campo	BOM	REGULAR	BOM	Rever o processo de elaboração do relatório, que ele seja claro e objetivo, organizado, observando a ficha de avaliação da área, com atenção para todos os seus itens.

Fonte: elaborado pelos autores, com base na Avaliação Quadrienal da Capes (2017-2020) (Brasil, 2021).

As informações presentes no Quadro 3 referem-se aos PPGE/MPE do Estado da Bahia e fundamentam-se nos relatórios disponíveis na Plataforma Sucupira e nos sites dos Programas, com o objetivo de compreender em que medida os programas têm contemplado as demandas impostas pelas linhas de pesquisa em Política Educacional. Para análise, tomamos como base os seguintes indicadores: i) histórico, contextualização e objetivos dos programas; ii) solidariedade, nucleação e visibilidade; e iii) autoavaliação (perspectivas de evolução e tendência).

Os critérios de escolha e seleção das linhas e grupos de pesquisa se deram, essencialmente, em torno de determinados temas pertencentes ao espaço social do campo da Política Educacional, bem como da interação de grupos, indivíduos e instituições.

Desse modo, o levantamento identificou 6 linhas de pesquisa inseridas no campo da Política Educacional, discutindo políticas públicas, currículo, gestão, avaliação, financiamento da educação, dentre outras temáticas. Essas linhas são polarizadas em 14 grupos de pesquisa que se articulam e desenvolvem o campo acadêmico, constituindo parcerias e redes de colaboração para a produção do conhecimento científico.

Os programas de “Educação de Jovens e Adultos”, “Educação e Diversidade”, “Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação” (UNEB), juntos apresentam 5 grupos de

pesquisa certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), enquanto o programa “Educação - Formação de Professores da Educação Básica” (UESC), registra o maior número de grupos formados (6). Os programas da UFBA - “Currículo, linguagens e inovações pedagógicas” e da UFRB - “Educação do Campo”, totalizaram 3 grupos.

Quadro 3 – Linhas de Pesquisa em Política Educacional no Estado da Bahia – Modalidade Profissional – Área de Educação

IES	PROGRAMAS PÓS-GRADUAÇÃO (stricto sensu)	Ano de Início M/D*	Linhas de Pesquisa em Política Educacional	Nº de Pesquisadores Credenciados	AValiação CAPES (2017-020)
UNEB	MPEJA - Educação de Jovens e Adultos	2013 -	Formação de Professores e Políticas Públicas	7	4
PROPOSTA DA LINHA					
Contempla os saberes característicos da docência, da pesquisa e da extensão em educação de jovens e adultos e as especificidades desta modalidade.					
GRUPOS DE PESQUISA					
- Formação de Professores, Autobiografia e Políticas Públicas - Sociedade, Conhecimento, Política e Desenvolvimento - Gestão, Organização e Políticas Públicas em Educação – GP-GEPE					
UNEB	PPGED MPED Educação e Diversidade	2014 -	Cultura, Docência e Diversidade	5	4
PROPOSTA DA LINHA					
Ocupa-se da formação de profissionais da educação e suas práticas, com ênfase em cultura e produção de saberes em contextos de diversidades. Estuda currículo e gestão, destacando cotidiano, práticas educativas e organização dos espaços educacionais.					
GRUPOS DE PESQUISA					
Educação do Campo, Trabalho, Contra-hegemonia e Emancipação humana – GEPEC/UNEB-CAECDT					
UNEB	GESTEC Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação	2012 -	Gestão da Educação e Redes Sociais	10	4
PROPOSTA DA LINHA					
Detalha a análise e aplicação de mecanismos de gestão, voltados para a constituição de políticas, planos, programas, projetos e avaliação no ambiente educacional, por meio da formação de profissionais que atuam na educação básica e na educação superior, em especial gestores e professores.					
GRUPOS DE PESQUISA					
Educação ambiental, políticas públicas e gestão social dos Territórios (Gepet)					
UESC	PPGE Educação	2012 2023**	Políticas, Culturas e Educação Democrática	8	4
PROPOSTA DA LINHA					

Estudos sobre projetos e ações políticos, sociais, históricos e culturais sob a perspectiva das Ciências da Educação articulados às demandas dos territórios educacionais.					
GRUPOS DE PESQUISA - Políticas Públicas e Gestão Educacional – PPeGE - Estudos do Atlântico e da Diáspora Africana - Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo - GEPEC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade - GEPEMDECC - Grupo de Pesquisa em Política e História da Educação – GRUPPHED - Núcleo de Pesquisa em Políticas Educacionais, Educação e Geografia – NUPEGeo					
IES	PROGRAMAS PÓS-GRADUAÇÃO (stricto sensu)	Ano de Início M/D*	Linhas de Pesquisa em Política Educacional	Número de Pesquisadores Credenciados	QUALIS CAPES 2021
UFBA	PPGCLIP-MPED Currículo, linguagens e inovações pedagógicas	2013 -	Currículo, Ensino e Formação de Profissionais da Educação	14	3
PROPOSTA DA LINHA					
Pesquisa de possibilidades de constituição do currículo em diferentes realidades educativas, compondo um quadro teórico-crítico local e planetário dos contextos educacionais. Compreensão dos modos de subjetivação e processos de formação de profissionais da educação. Ressonâncias das políticas curriculares contemporâneas na emergência de singularidades de diferentes sujeitos envolvidos em processos educativos, a fim de desenvolver intervenções pedagógicas inovadoras direcionadas à Educação Básica.					
GRUPOS DE PESQUISA - GEPPOLE - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais - Política e Gestão da Educação					
UFRB	PPGEducampo Educação do Campo	2013 -	Formação de Professores e Organização do Trabalho Pedagógico nas Escolas do Campo	6	3
PROPOSTA DA LINHA					
Discussões que abordam a formação de professores e educadores e a aspectos relativos à Organização do Trabalho Pedagógico nas escolas do campo. Assim, pode ter como objeto de estudo e/ou intervenção: a escola do campo, processos de alfabetização, escolarização e profissionalização no/do campo, a formação de professores, a diversidade étnico racial nas escolas do campo, acesso e permanência da juventude campesina à Universidade, gestão da escola, gestão de projetos institucionais, financiamento da educação, projeto político-pedagógico, didática, currículo e avaliação no contexto da escola seriada, multisseriada ou organizada em ciclos de aprendizagem, sempre orientados para a investigação da escola do campo.					
GRUPOS DE PESQUISA Observatório da Educação do Campo do Recôncavo e do Vale do Jiquiriçá-Bahia (OBSERVALE)					

Fonte: elaborado pelos autores (2024), com base nos dados da Plataforma Sucupira/CAPES (Brasil, 2025) e sites dos PPGE.

Nota: * M/D: Mestrado/Doutorado.

** O Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UESC foi aprovado pela CAPES, na modalidade Mestrado Profissional em 2012 e na modalidade Doutorado Profissional em dezembro de 2023 – trata-se do primeiro programa *stricto sensu* com curso de doutorado do Estado da Bahia.

Considerando as informações do Quadro 3, esta pesquisa buscou compreender como a estrutura das linhas e grupos de pesquisa tem proporcionado condições que qualificam a produção do conhecimento científico às suas propostas e ao público-alvo pretendido e em que medida esta estrutura tem proporcionado dificuldades (ou não) ao dar visibilidade às suas produções (Sánchez Gamboa, 2003, 2011; Mainardes, 2022).

As linhas de política educacional, geralmente, estão vinculadas a grupos de pesquisa que abordam temas como Currículo, Ensino, Políticas Públicas, Formação de Profissionais da Educação, e outros. Essa diversidade, embora abrangente, pode gerar desafios na produção de conhecimento específico do campo.

Dados da Plataforma Sucupira revelam ações dos programas para fortalecer suas linhas e grupos de pesquisa em política educacional, demonstrando seu poder de nucleação, mas também desafios a serem superados, frente a sistemática de avaliação da CAPES no processo de internacionalização da pesquisa e do fortalecimento da pós-graduação em educação nos programas profissionais: a necessidade de reorganização das linhas de pesquisa; a ampliação da produção intelectual e fortalecimento dos intercâmbios de pesquisa nacionais e internacionais; a gestão institucional das universidades.

Discussão dos resultados

A estrutura das linhas e grupos de pesquisa em política educacional enfrenta desafios em sua própria formação, operando em um "chão desigual". Nesse caso, é crucial entender a universidade como agente social e produtor de conhecimento, com uma posição relativa dentro de uma ordem física e social. Como afirma Fialho (2009), a relação entre lugar (espaço físico) e espaço social é interdependente, e a transição de concepções tradicionais para novas abordagens impacta a universidade e suas estratégias.

O uso do aparato acadêmico, por meio da formação de linhas e grupos de pesquisa, é uma estratégia para legitimar questões⁵ sobre Política Educacional, disseminando debates em torno de um objeto acadêmico. Esses grupos, além disso, permitem que diferentes agentes assumam posições distintas, influenciando o sucesso e a legitimidade

⁵ As questões legítimas são aquelas que merecem ser estudadas, pois são pertencentes ao universo dos interesses sociais e políticos atuais (Hey, 2008).

dos temas estudados no espaço acadêmico universitário. A dinâmica entre espaço físico, social e acadêmico molda a pesquisa em política educacional.

Dessa maneira, os grupos de pesquisa configuram-se como arenas de lutas científicas pelo domínio de recursos burocráticos, oferecidos pelas agências nacionais de fomento e por organismos internacionais e condicionados pelo poder simbólico⁶ de cada grupo. Nos programas de pós-graduação profissional, essa disputa é ainda mais acentuada, devido ao desafio de legitimação e reconhecimento científico frente à competição por recursos, principalmente das agências de fomento nacionais, como CAPES e CNPq⁷.

O estudo da política educacional revela um campo moldado por agentes que disputam a legitimidade do conhecimento. Essa concepção bourdieusiana permite assinalar a existência de um espaço que engloba práticas, sentidos, mecanismos regulatórios, estruturados em torno dos PPGE e associações de pesquisas, como ANPED e ANPAE. Estes viabilizam a produção e circulação do conhecimento legítimo. Contudo, o futuro do campo depende do diálogo entre agentes e linhas de pesquisa, pois há disputas internas por espaço e influência na política educacional. O campo científico é uma estrutura onde agentes, com capital específico, competem por meio de lutas classificatórias para dominar a produção e a autoridade científica.

A conquista pelo crédito científico é fundamental para o desempenho dos agentes no mercado nacional e internacional das publicações científicas, em que os produtos das pesquisas ganham visibilidade na comunidade científica e transformam-se em créditos que, conseqüentemente, são trocados por outros, em constante processo de colaboração e interconhecimento entre pares, forma que os pesquisadores analisam e classificam como materialização do espaço acadêmico e social (Hayashi, Ferreira Junior, 2010).

Tal anseio reflete a intenção de que o campo acadêmico universitário seja tomado como objeto de pesquisa e, desse modo, os capitais constituídos no/pelo campo, por meio

⁶ O poder simbólico manifesta-se quando aquele que a ele está sujeito concede àquele que o exerce um crédito, creditando-o com uma *fides* e uma *auctoritas*, depositando nele sua confiança. Conseqüentemente, esse poder existe fundamentalmente porque aquele que a ele se submete acredita em sua existência (Bourdieu, 2010, p. 188).

⁷ Em 21/02/2025, o presidente do CNPq Sr. Ricardo Galvão, respondeu a um ofício da Anped/Forpred, referente à Chamada Pública CNPq nº 50/2024 - Programa Institucional de Bolsas de Pós-Graduação (PIBPG) - Ciclo 2025, sobre a exclusão dos programas na modalidade profissional de participarem dos Editais da agência. Sua resposta gerou indignação nos grupos de coordenadores, docentes e discentes e que, em nota com um abaixo-assinado organizado pelo Fórum de Mestrados Profissionais em Educação (FOMPE), tem reunido mais de 500 assinaturas, até início de março de 2025, em repúdio a concepção e preconceito ainda que se tem dessa modalidade e pede providências e mudança nessa postura.

dos agentes nele inseridos, serão utilizados para determinar as “avenidas de acesso” nos espaços de produção acadêmica. Trata-se de uma batalha que, segundo Bourdieu (2004, p. 32), é de “[...] luta armada entre adversários que possuem armas tão potentes e eficazes quanto o capital científico coletivamente acumulado no e pelo campo”.

Considerações provisórias

Para concluir, retornamos ao princípio, às palavras de Gregório de Matos (1998, p. 141), destacando seu questionamento:

Verdades direi como água
porque todos entendeis,
os ladinos e os boçais,
a Musa praguejadora.
Entendeis-me agora?

Essa indagação ecoa na própria essência da "Bahia-Nordeste", que se reinventa continuamente. Do lombo do tropeiro ao imaginário do espírito criador, ela desanuvia expectativas e arremete uma nova forma de pensar e resistir – "quão dessemelhante!".

Pensar a constituição do espaço de produção científica na Bahia e no Nordeste exige considerar a formação social, histórica, política e econômica da região. Como as assimetrias e desigualdades regionais, em relação ao Sul e Sudeste, impactam essa produção? Sidone, Haddad e Mena-Chalco (2016) apontam a necessidade de políticas públicas para reduzir disparidades, acrescentamos as desigualdades. Assim, é fundamental analisar sociologicamente a geografia da produção do conhecimento, considerando as marcas do passado e do presente.

Dentre os resultados apontados a partir da análise dos dados desta pesquisa, cabe destacar: i) a necessidade de revigorar o debate teórico e histórico; ii) articular os diferentes enfoques e abordagens teórico-metodológicas de pesquisa; iii) aprofundar o diálogo com outras áreas de conhecimento do campo de estudo; iv) analisar a materialização do espaço acadêmico, por meio da análise da produção científica; v) fortalecimento das estratégias utilizadas pelas linhas e grupos de pesquisa; e, por sua vez, vi) proporcionar reflexões/discussões para consolidação dos MPE no âmbito da ANPEd/ANPAE/FORPREd, das políticas e das ações pensadas/articuladas pela CAPES/CNPq e demais agências de fomento do país.

Diante do exposto, podemos dizer que a importância de um programa não reside apenas em sua visibilidade e impacto internacional, mas, principalmente, nos desdobramentos que ele causa na realidade em que está inserido. A lógica das avaliações dos programas precisa

comparar o indivíduo consigo mesmo, e não estritamente com o ambiente e suas produções, ou com o impacto gerado. Embora comparações com outros possam ser feitas, a lógica da avaliação não pode ser obtusa a ponto de estabelecer uma "cota" ou um "pódio". Essa lógica, baseada em "cotas", traz para os agentes o princípio de exclusão e de intensificação das desigualdades regionais, pois nem sempre lhes são informados, com precisão, a importância desses programas, o nível e o sentido em que estão sendo produzidos.

Referências

- AROSA, Armando Celso de Carvalho. **A produção acadêmico-científica sobre política educacional no GT - 5 da ANPEd (2000 a 2009)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2016v34n3p874>. Acesso em: 15 out. 2025.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins de; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPEd. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 77, p. 49-70, dez. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/X8F4X6fL4d7Q9XJ7zBw35gD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.
- BARROSO, João; CARVALHO, Luís Miguel; FONTOURA, Madalena; AFONSO, Natércio. Educational Policies as an object of study and training in Educational Administration. **Sísifo - Educational Sciences Journal**, Lisboa, n. 4, p. 5-19, set./dez. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26510263_BARROSO_Joao_CARVALHO_Luis_Miguel_FONTOURA_Madalena_e_AFONSO_Natercio_2007_Educational_Policies_as_an_object_of_study_and_training_in_Educational_Administration_Sisifo_Revista_de_Ciencias_da_Educacao_. Acesso em: 15 out. 2025.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14. ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plataforma Sucupira**. Brasília, c2025. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/portais/menu_portal.jsf. Acesso em: 26 de jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2024-2028**: coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. v. 2. Brasília: CAPES, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf. Acesso em: 26 de jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Avaliação Quadrienal 2021**: período 2017-2020. Brasília: MEC; CAPES, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal/avaliacao-quadrienal-2017-2020/resultado-da-avaliacao-quadrienal-2017-2020>. Acesso em: 26 de jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG)**: uma discussão sobre a política de C&T nacional e a formação da agenda de pesquisa. Brasília: MEC; CAPES, 2020. Disponível em: <http://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/RelatrioTcnicoPNPGs.pdf>. Acesso em: 26 de jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de Área 38**. Diretoria de Avaliação (DAV). Brasília: MEC; CAPES, 2019. Disponível em: <http://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/educacao-doc-area-2-pdf>. Acesso em: 26 de jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Avaliação Quadrienal 2017**: período 2013-2016. Brasília: MEC; CAPES, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/avaliacao-quadrienal-2017>. Acesso em: 26 de jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020**: coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. v. 2. Brasília: CAPES, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/pnpg-miolo-v2-pdf/@@download/file/pnpg_miolo_v2.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 de dezembro de 1965: **Definição dos cursos de pós-graduação**. Brasília: Conselho Federal de Educação, 1965. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>. Acesso em: 26 de jun. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG): uma discussão sobre a política de C&T nacional e a formação da agenda de pesquisa. Brasília: CAPES, 2020. Disponível em: <http://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/RelatrioTcnicoPNPGs.pdf>. Acesso em: 26 de jun. 2022.

COUTO, Maria Elizabete Souza; LARCHERT, Jeanes Martins. A Interface do Mestrado Profissional em Educação com a Formação de Professores da Educação Básica. **Plurais Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 10-23, jan./abr. 2017. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/plurais/article/download/3616/2329/9553>. Acesso em: 15 out. 2025.

FIALHO, Nádia Hage. Chão desigual. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria (org.). **Educação e contemporaneidade**: pesquisas científicas e tecnológicas. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 19-39.

FÓRUM NACIONAL DE COORDENADORES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA ANPEd (FORPRED). **Relatório das Condições e Perspectivas dos Mestrados Profissionais em Educação**. Goiânia: FORPRED, 2013.

Disponível em:

http://www.anped.org.br/sites/default/files/relatorio_comissao_forpred_2013.pdf. Acesso em: 15 out. 2025.

GARCÍAS FRANCO, Julieta Susana. El surgimiento del campo de la política educativa en Argentina: los casos de las Universidades Nacionales de Buenos Aires y La Plata. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 461-484, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/7112/4514>. Acesso em: 15 out. 2025.

GATTI, Bernardete Angelina. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: 1978-1981. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 44, p. 3-17, fev. 1983. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1474>. Acesso em: 15 out. 2025.

GUIMARÃES, Isac Pimentel. **(Entre)laços e nós**: a constituição do campo acadêmico em política e gestão da educação no Nordeste do Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

HAYASHI, Carlos Roberto Massao; FERREIRA JUNIOR, Amarílio. O campo da história da educação no Brasil: um estudo baseado nos grupos de pesquisa. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, v. 15, n. 3, p. 167-184, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/876>. Acesso em: 15 out. 2025.

HETKOWSKI, Tânia Maria; FIALHO, Nádia Hage; SACRAMENTO, Jorge Alberto. Mestrado profissional em educação: gestão e tecnologias aplicadas à educação. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 4, n. 2, p. 489-509, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/perspectiva/article/view/429>. Acesso em: 15 out. 2025.

HEY, Ana Paula. **Esboço de uma sociologia do campo acadêmico**: a educação superior no Brasil. São Carlos: EdUFSCar; São Paulo: FAPESP, 2008.

JIMÉNEZ EGUIZÁBAL, Alfredo; PALMERO CÁMARA, Carmen; LUIS RICO, Isabel. The spectre of educational policy spreads throughout Europe. Its presence as a discipline in postgraduate education. **Journal of New Approaches in Educational Research**, Alicante, v. 2, n. 2, p. 82-87, jul. 2013. Disponível em: <https://naerjournal.ua.es/article/view/2013.v2.n2.004>. Acesso em: 15 out. 2025.

KRAWCZYK, Nora. A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil. **Propuesta Educativa**, ano 22, v. 1, n. 39, p. 35-42, jun., 2013.

MAINARDES, Jefferson. Grupos de pesquisa em educação como objeto de estudo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, e08532, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/6cNpjBBjGGcLcQSzMwK56jg>. Acesso em: 15 out. 2025.

MAINARDES, Jefferson. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p. 186-201, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lapr/article/view/727>. Acesso em: 15 out. 2025.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa sobre Política Educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, e156684, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/HvzD9vdbHTjX7pbJgzsmQBS/>. Acesso em: 15 out. 2025.

MATOS, Gregório de. **Poesias selecionadas**. 3. ed. São Paulo: FTD, 1998.

MENDONÇA, Silvia. El campo de la política educativa en la dictadura Argentina. Los casos de la UBA y la UNLP. Ponencia. In: JORNADAS LATINOAMERICANAS DE ESTUDIOS EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA, 1., 2012, Buenos Aires. **Anais [...]**. Buenos Aires, 2012.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. Grupos de pesquisa: Limites e possibilidades na construção de novas condições para a produção do conhecimento. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 23, n. 36, p. 268-290, jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2011v23n36p268>. Acesso em: 15 out. 2025.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. As condições da produção científica em educação: do modelo de áreas de concentração aos desafios das linhas de pesquisa. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 78-93, jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/624>. Acesso em: 15 out. 2025.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos; AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 14, n. 42, p. 534-550, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/F69y3G5gDkL438v5h9fW9xR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.

SIDONE, Otávio José Guerci; HADDAD, Eduardo Amaral; MENA-CHALCO, Jesús Pascual. A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 15-32, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/tvBDyptMBFSxRSt3VngySRC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.

SOBRENOME DOS AUTORES, Nome completo GUIMARÃES, Isac Pimentel; VIEIRA, Emilia Peixoto. Formação de Linhas e Grupos de Pesquisa no campo acadêmico da Política Educacional: estratégias de legitimidade dos mestrados profissionais da Bahia

SOUSA, Sandra Zákia; BIANCHETTI, Lucídio. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: o protagonismo da ANPEd. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 12, n. 36, p. 388-411, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/LV83pVGd3qbtNpqW6Dd6T5g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2025.

STREMEL, Silvana; MAINARDES, Jefferson. A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil: Aspectos históricos. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe/Arizona, v. 26, n. 168, p. 1-21, 2018. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/3682/2275>. Acesso em: 15 out. 2025.

VIEIRA, Emilia Peixoto. Avaliação da Quadrienal (2013-2016) - Área de Educação na CAPES: reflexões para os Mestrados Profissionais da Educação. **Plurais Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 42-57, abr./ago. 2018. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/5305>. Acesso em: 15 out. 2025.

*Recebido em Março de 2025
Aprovado em Julho de 2025
Publicado em Outubro de 2025*
